

CONDICIONALISMO SÓCIO-CULTURAL DAS ORIGENS DO MOVIMENTO UNIVERSITÁRIO EUROPEU: A SINGULARIDADE DO CASO PORTUGUÊS (*).

ALDO JANOTTI

Do Departamento de História da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
Paulo.

INTRODUÇÃO.

No presente trabalho, preocupamo-nos, antes de mais nada, com a Universidade portuguesa, principalmente no que diz respeito às suas origens, e nunca deixando de levar em conta que a Universidade é uma instituição que primeiro surgiu nos focos da cultura européia — França e Itália — e que depois se irradiou para as demais regiões da Europa, inclusive para as regiões periféricas, como é o caso de Portugal. Não é, porém, nossa intenção estudar as razões ou os interesses que levaram o monarca D. Denis a fundá-la em 1290. Que houve razões ou interesses para a fundação da Universidade — quer da parte da Igreja quer da parte do Estado — é indiscutível: tanto é verdade que ela foi fundada. O que interessa mais é fazer um estudo, visando compreender as condições sócio-culturais de Portugal na época em que se deu a referida fundação.

Todavia, o aparecimento da instituição universitária não foi um fato isolado na história de Portugal e sim, um elemento, entre outros, revelador de uma tendência: a tendência que o país manifestou nos fins do século XIII e inícios do século XIV, no sentido de se deixar penetrar pelas influências européias. Naquela época Portugal como que realizou um esforço a fim de se transformar num país verdadeiramente europeu. Nunca, até aquele momento, e que correspondeu, particularmente, ao reinado do monarca D. Denis, Portugal esteve tão

(*) . — Com o presente número da Revista iniciamos a publicação da tese de doutoramento do Licenciado Aldo Janotti, defendida e aprovada com distinção em outubro de 1966 (*Nota da Redação*).

próximo da Europa e foi tão sensível a ela. Uma espécie de “vaga de europeização”, com uma força não vista até então, atinge o país: no campo das artes, das letras, do direito, da técnica, mesmo da política e inclusive do ensino, com a fundação da Universidade, Portugal, aceitando e incorporando no patrimônio da sua cultura padrões vindos de fora, procurou integrar-se no quadro da evolução histórica europeia. E, sintomaticamente, nunca foram tão intensas também, as relações do comércio português com o mundo exterior.

Dentre todos êsses elementos citados, aquêles que mais devia estar em condições de estimular a integração de Portugal no quadro da cultura europeia era a Universidade. Repositório das conquistas filosóficas, teológicas, jurídicas, científicas, através da Universidade é que mais facilmente se faria a “europeização” de Portugal. Mas aqui cabe uma pergunta: reuniria o meio histórico português, e com a sua cultura caracteristicamente centrífuga, condições para receber a Universidade? Esse é o problema, o mais importante problema. A solução dêle é que nos dará elementos para compreender, não apenas a história da Universidade, especialmente nas suas peculiaridades tipicamente portuguesas, como também, ousamos dizê-lo, a própria história da cultura portuguesa.

Esta maneira de enquadrar a questão, forçosamente, levou-nos a ampliar a nossa preocupação. Se o problema era saber se houve condições para o nascimento da Universidade portuguesa, a lógica nos indicava a estudar quais foram as condições que deram origem ao movimento universitário europeu. Teríamos assim o modelo e, por conseguinte, a possibilidade da comparação. Duas condições — além de interesses, sem dúvida, os da Igreja e os do Estado — presidiram às origens das Universidades europeias em geral: condições sociais e condições culturais. As condições sociais estão ligadas ao renascimento urbano que a Europa conheceu, a partir do século XII: cada vez mais vai surgindo uma nova Europa, a Europa urbana, em contraposição à antiga Europa, a Europa agrária. Tudo se modifica, com o renascimento urbano: condições econômicas, sociais propriamente ditas, políticas, religiosas, culturais. E também condições pedagógicas, pois a supremacia do ensino até então detida pelas escolas monásticas, o que quer dizer, pelas escolas rurais, é transferida para as escolas episcopais, isto é, para as escolas urbanas. E a Universidade irá surgir como consequência, principalmente, do desenvolvimento das escolas episcopais. E', portanto, a Universidade uma instituição caracteristicamente urbana. As condições culturais foram proporcionadas pelo chamado Renascimento do século XII. Conheceu com êle a Europa uma tal densidade de conhecimentos, nunca conhecida até então, principalmente, os propiciados pela ciência greco-árabe e pelo

direito romano, que se fêz necessário — para guardar vivos os permanentes resultados do renascimento cultural do século XII, afirma-o Rashdall — o aparecimento de uma nova instituição pedagógica, a Universidade. A Universidade surgiu assim como resultado de dois renascimentos, atuando solidariamente: o da cidade e o da cultura.

Sòmente a partir de agora é que estaremos em condições de nos preocupar com a solução do problema universitário português. Faremos um estudo das condições sociais e culturais de Portugal, antes do nascimento da Universidade. Teremos então a oportunidade de verificar que social e culturalmente Portugal se apresentava como um país anacrônico em relação à Europa. Estaria então a Universidade, instalada num país social e culturalmente anacrônico, em condições de contribuir para a integração do mesmo no quadro da evolução histórica européia?

* *
*

CAPÍTULO I.

O CONDICIONALISMO SÓCIO-CULTURAL DAS ORIGENS DO MOVIMENTO UNIVERSITÁRIO EUROPEU.

A). — A UNIVERSIDADE MEDIEVAL.

Façamos nossa a pergunta que aparece logo no início da célebre obra de Rashdall (1) a respeito das Universidades européias na Idade Média: o que era uma Universidade?

Segundo a opinião de um escritor medieval (2), *Sacerdotium*, *Imperium* e *Studium* foram os três misteriosos poderes ou “virtudes” que, em harmônica cooperação, sustentaram a vida e o vigor da Cristianidade. Os dois primeiros poderes tinham um campo específico de ação: o *Sacerdotium*, por intermédio da sua cabeça, o Papado, manifestava-se como detentor do poder espiritual, enquanto que o *Imperium*, representado pelo Sacro Império Romano-Germânico, monopolizava o poder temporal. O *Studium* também possuía um monopólio, o da instrução superior, e era uma espécie de elo de ligação entre o Sacerdócio e o Império, pois tôdas as correntes de conhecimento, quer religioso quer láico, tinham a sua fonte nas Universidades. Talvez fôsse nessa função de ligadora e, ao mesmo tempo, de veículo das vicissitudes intelectuais, tanto do poder papalino quanto do poder im-

(1). — *The Universities of Europe in the Middle Ages*, Oxford, Oxford University Press, 3 vs., 2a. ed., 1936.

(2). — Jordão de Osnaburgo, *De prerogativa Romani Imperii*, ed. Waitz (1869), p. 70, apud Rashdall, *op. cit.*, I, p. 2.

perial, que residia a importância histórica da Universidade medieval. Não é de estranhar assim que a sua história seja tão importante quanto a do Papado e do Império (3), e que, sem ela, dificilmente se possa compreender a própria história do pensamento medieval (4).

A Universidade — a exemplo do que se passou com a Igreja, liderada pelo papa, e com a hierarquia feudal, liderada pelo imperador — representou uma tentativa de realizar, de forma concreta, um ideal de vida num dos seus aspectos (5). Os ideais se transformaram em grandes forças históricas pela sua própria corporificação em instituições e o

“poder de corporificar os seus ideais em instituições foi o gênio peculiar do pensamento medieval” (6).

E das instituições que a Idade Média nos legou, a Universidade foi das mais características (7). Ela e o imediato produto da sua atividade constituíram a grande realização da Idade Média na esfera intelectual e a sua

“organização e as suas tradições, os seus estudos e os seus exercícios afetaram o progresso e o desenvolvimento intelectual da Europa mais poderosamente, ou (talvez se deva dizer) mais exclusivamente do que quaisquer escolas, com toda probabilidade, jamais estarão em condições de fazê-lo” (8).

E' necessário observar-se que na Idade Média o termo que mais tènicamente correspondia à Universidade como instituição de cultura medieval não era *universitas* e sim *studium generale*. *Universitas* significava apenas um número, uma pluralidade, um conjunto de pessoas (9); num sentido mais técnico, significava também uma corporação legal ou pessoa jurídica (10), encontrando eqüivalência no termo *collegium* do direito romano (11). No fim do século XII e comê-

(3). — Rashdall, *op. cit.*, I, p. 2-3.

(4). — *Idem.*, *ibidem.*, I, p. 3-4.

(5). — Rashdall, *op. cit.*, I, p. 3.

(6). — *Idem.*, *ibidem.*, I, p. 3.

(7). — “... as much so as constitutional kingship, or parliaments, or trial by jury”. (Rashdall, *op. cit.*, I, p. 3).

(8). — *Idem.*, *ibidem.*, I, p. 3.

(9). — “The word *universitas* meant originally “a Whole”: it might be applied to any body of men, even to one so comprehensive as all Christian people, who are often addressed by Popes as “*universitas vestra*”, the whole of you”. (Rashdall, *The Medieval Universities*, in Cambridge Medieval History, VI, p. 561).

(10). — “Long after the rise of the scholastic universities, *universitas* is used (absolutely) of the town corporations or guilds. Thus Boniface VIII writes “*Universitatibus et populo dicti Regni*” (Franciae)”. (Rashdall, *The Universities of Europe in the Middle Ages*, I, p. 5, in nota).

(11). — Rashdall, *op. cit.*, in Cambridge Medieval History, VI, p. 561.

ço do XIII *universitas* é aplicada para designar as corporações tanto de professôres quanto de estudantes (mas continua, e por muito tempo, a ser aplicada a outras corporações, como, por exemplo, de comerciantes, de artífices, etc.), e nesse sentido escolástico

“era simplesmente uma espécie particular de corporação — uma associação de pessoas, exercendo uma ocupação comum para a regulamentação do seu ofício e a proteção dos seus direitos contra o mundo exterior” (12).

Daí o têrmo, a princípio, nunca ser usado absolutamente: a expressão era sempre

“Universidade de Estudantes”, “Universidade de Mestres e Estudantes”, “Universidade de Estudo” (13).

Studium generale era o têrmo que mais pròximamente correspondia à noção de Universidade como instituição distinta de uma mera escola, seminário, ou estabelecimento educacional privado: mas êle significava, a princípio, não o lugar onde todos os assuntos eram ensinados e sim o lugar onde estudantes de tôdas as partes eram recebidos (14). A partir do comêço do século XIII o têrmo *Studium generale* vai se tornando comum e, no conjunto, segundo Rashdall (15), êle parece implicar três característicos: 1º). — escola que atraia estudantes de tôdas as partes e, não apenas, de uma região particular; 2º). — que era um local de educação superior: isto é, pelo menos

(12). — Rashdall, *op. cit.*, in Cambridge Medieval History, VI, p. 561. “Segundo Savigny, III, 248, é numa decretal de Inocência III, do comêço do século XIII (C. 7, X, de procur., I 38), com o título *Scholaribus Parisiensibus*, que pela primeira vez aparece a palavra *universitas*. Este vocábulo tem, na Idade Média, as seguintes conexas acepções: a). — *studium generale* ou escola com estudantes das mais variadas procedências com suas imunidades e privilégios, dando ao diplomando o *ius ubique docendi*; b). — associação com personalidade moral; c). — corporação de mestres e estudantes, no sentido supra referido (refere-se a um diploma de 1221 que começa com as seguintes palavras: Nos, *Universitas magistrorum et scholarium Parisiensium*); d). — instituto de ensino funcionando em edificios próprios: assim dizemos — Universidade de Paris (*alma mater parisiensis*, em 1389), de Bolonha ou de Oxford”. (Alexandre Correa, *A Universidade Medieval*, in “Revista da Faculdade de Direito”, São Paulo, v. XLV, 1950, p. 294, in nota).

(13). — “It is a mere accident that the term has gradually come to be restricted to a particular kind of guild or corporation, just as the terms “convent”, “corps”, “congregation”, “college”, have been similarly restricted to certain specific kinds of association. It is particularly important to notice that the term was generally in the Middle Ages used distinctly of the scholastic body whether of teachers or scholars, not of the place in which such a body was established, or even of its collective schools”. (Rashdall, *The Universities of Europe in the Middle Ages*, I, p. 5).

(14). — *Idem.*, *ibidem.*, I, p. 6.

(15). — *Idem.*, *ibidem.*, I, p. 7.

uma das faculdades superiores (teologia, direito, medicina) ali era ensinada (16); 3^o). — os assuntos eram ensinados por um número considerável de professôres. Dêsses três característ'cos, o primeiro, segundo ainda Rashdall, era o fundamental (17). No comêço do século XIII havia três *studia generalia* que predominavam pelo seu pres-tígio: Paris, Bolonha e Salerno. Cada um se destacava num determi-nado campo do ensino superior: Paris, em teologia e artes; Bolonha, em direito e Salerno, em medicina. E foi em função dêsses três re-feridos *studia* que

“à concepção original de um *studium generale* foi, gradualmen-te, acrescentada a vaga noção de uma certa validade ecumênica para o magistério que êle conferia” (18).

De fato, o professor que ensinara e fôra admitido como membro da corporação magisterial de um dêsses *studia generalia*, imediatamente, tanto obtinha o reconhecimento, quanto a permissão de ensinar em qualquer lugar onde houvesse Universidades menos categorizadas; e, ao mesmo tempo, êles exigiam a prestação de exames para receber professôres das outras escolas (19). Compreende-se então porque, no decorrer do século XIII, muitas escolas se esforçaram por atingir a posição de *studium generale*, baseando sua pretensão em duas razões: 1^a). — acreditavam — principalmente, as escolas italianas (20). — proporcionar um ensino igual ao de Paris e Bolonha; 2^a). — muitas dessas escolas foram fundadas por professôres que tiveram oportuni-dade de ensinar nesses dois famosos centros de cultura.

No entanto, a partir da segunda metade do século XIII, o vocá-bulo *studium generale* sofreu importante modificação no seu significa-do. Verificou-se um gradual decréscimo da liberdade, até então ili-mitada, de fundar os *studia generalia* e que correspondeu à pretensão

(16). — “auctoritate apostolica statuímus et ordinamus quod in dicta civitate deinceps existat *studium generale in eadem theologica facultate*”, fo-ram as palavras do papa Inocência VI quando em 1360 estabeleceu a Fa-culdade de Teologia em Bolonha. (Cf. Ehrle, *I più antichi statuti della facoltà teologica dell'università di Bologna*, 1932, p. 3, apud Rashdall, *op. cit.*, I, p. 7, in nota).

(17). — Rashdall, *op. cit.*, I, p. 7.

(18). — *Idem.*, *ibidem.*, I, p. 8.

(19). — *Idem.*, *ibidem.*, I, p. 8.

(20). — “There were many such schools in Italy during the thirteenth century, but most of them early died out. Where they maintained their ground, the later and more technical ideas about *studia generalia* were naturally applied to them, since the change in the meaning was gradual and unconscious. Out of Italy there were no doubt many schools which *de facto* were as much *studia generalia* as Arezzo or Vercelli, but the name does not happen to have been applied to them: hence when the technical interpretation of *studium generale* gained ground, they lost their claims to the privileges which it conferred”. (Rashdall, *op. cit.*, I, p. 8, in nota).

do papa e do imperador, representantes dos dois poderes universais, de criar uma escola que, pelo exercício da autoridade, se colocasse no mesmo nível que as de Paris e Bolonha (21). Em 1224 o imperador Frederico II fundou um *studium generale* em Nápoles; em 1229 o papa Gregório IX fundou um outro, em Toulouse; em 1244 ou 1245 Inocêncio IV estabeleceu um *studium generale* na sua própria Côte Pontifical. Essas fundações foram importantíssimas na história do movimento universitário europeu da Idade Média, pois elas pareciam sugerir a idéia de que a erecção dos novos *studia generalia* era uma das prerrogativas do papa ou do imperador. No caso de Toulouse, por exemplo, a bula de 1233, objetivando dar aos graduados pelo *studium generale* daquela cidade o mesmo prestígio e reconhecimento que os de Paris e Bolonha, declarava que, sem nenhum ulterior exame, aquêle que fôsse admitido no magistério daquela escola estaria livremente habilitado a ensinar em todos os outros *studia generalia*. Explica-se, assim, porque outras cidades, desejosas de colocar as suas escolas no nível das privilegiadas, se esforçavam no sentido de obter do papa ou do imperador bulas de autorização, para constituir os seus *studia generalia*. Foi dessa forma que surgiu o privilégio do *ius ubique docendi*, base do sistema universitário medieval. Gradualmente, êsse especial privilégio passa a ser considerado

“como o principal objeto da criação papalina ou imperial. Era, usualmente, embora não completamente invariável, conferido em têrmos expressos pelas originais bulas de fundação; e era, aparentemente, interpretado como estando incluído no mero ato de erecção, mesmo nos raros casos onde êle não era expressamente concedido. Em 1291-1292 até as velhas Universidades arquétipos — Bolonha e Paris — foram, formalmente, investidas no mesmo privilégio pelas Bulas de Nicola IV. Desde êsse tempo a noção gradualmente adquiriu o sentido de que o *ius ubique docendi* era da essência de um *studium generale*, e que nenhuma escola que não possuísse êsse privilégio poderia obtê-lo sem a Bula do Imperador ou do Papa” (22).

Foi no decorrer do século XV que a distinção entre *universitas* e *studium generale* desapareceu, quando então os dois têrmos, a princípio distintos, tornaram-se sinônimos. Vejamos — sempre apoiados em Rashdall (23) — de que maneira se foi processando a simbiose dos dois conceitos diferentes num só, a fim de completarmos a resposta à pergunta inicialmente formulada. Não havia, a princípio, uma necessária conexão entre o estabelecimento escolar conhecido pelo têrmo *universitas* e aquêle conhecido pelo têrmo *studium generale*: as

(21). — *Idem.*, *ibidem*, I, p. 8.

(22). — Rashdall, *op. cit.*, I, p. 9-10.

(23). — *Idem.*, *ibidem.*, I, p. 15 e seg.

sociedades de professôres ou de alunos já existiam antes que a palavra *studium generale* se tornasse de uso habitual (24); originalmente a *universitas* era uma corporação escolar de professôres ou de alunos (25); essas corporações, espontâneamente, ganharam existência, sem que houvesse uma expressa autorização das autoridades (rei, papa, príncipe ou prelado) (26). No entanto, em Paris e Bolonha essas corporações escolares adquiriram um desenvolvimento e uma importância que elas não possuíram em nenhum outro lugar; mas os costumes e as instituições escolares daquelas duas cidades não permaneceram apenas no seu local de origem; logo se irradiaram, como consequência das secessões de professôres ou alunos e, assim carregados pelos secessionistas, êles se estabeleceram nos *studia generalia* secundários que, espontâneamente, surgiram sem bula do imperador ou do papa (27). Por consequência, aconteceu que uma *universitas*, isto é, uma corporação de professôres ou de alunos, tornou-se na prática o inseparável acompanhante do *studium generale* e assim, na baixa Idade Média,

“o termo *studium generale* veio praticamente evidenciar, não apenas uma escola com o *ius ubique docendi* (não obstante nisto resida sua diferença legal e técnica), mas uma organização escolástica de um tipo particular e dotada de privilégios mais ou menos uniformes” (28).

*

B). — AS CONDIÇÕES SOCIAIS.

Difícilmente se poderá compreender o esboçar do movimento universitário europeu na Idade Média, se não se levar em conta as condições e os interesses que estiveram intimamente relacionados com as origens das Universidades. As condições que favoreceram o nasci-

- (24). — Note-se que algumas dessas sociedades eram conhecidas pelo fato de terem existido em escolas que nunca se tornaram *studia generalia*. E' o caso de Cremona e, em parte, o de Perugia e Pisa, por exemplo. Cf. Rashdall, *op. cit.*, I, p. 15.
- (25). — “Au moyen âge, *universitas* ne veut pas dire établissement où l'on enseigne, pas plus qu'il ne signifie l'ensemble des sciences; mais ce mot est employé exclusivement pour désigner une corporation comprenant maîtres et élèves”. (Schnürer, *L'Église et la Civilisation au Moyen Age*, Paris, Fayot, II, 1935, p. 541).
- (26). — “They were spontaneous products of that instinct of association which swept like a great wave over the towns of Europe in the course of the eleventh and twelfth centuries”. (Rashdall, *op. cit.*, I, p. 15).
- (27). — “Even in the few cases where the germs of a university or college of doctors may have originated independently of the influence of Paris and Bologna, their subsequent development was due to more or less direct and conscious imitation of the scholastic guilds of the two great schools”. (Rashdall, *op. cit.*, I, p. 16).
- (28). — *Idem.*, *ibidem*, I, p. 16-17.

mento das Universidades foram duas: social e cultural. E os interesses também foram dois: o da Igreja e o do Estado. As Universidades de uma maneira geral surgiram como consequência da atuação concomitante dessas condições e desses interesses.

O aparecimento na Idade Média da Universidade como estabelecimento escolar, se constituiu num dos exemplos mais significativos

“da solidariedade que, na história da Europa Ocidental, ligou a evolução da cultura intelectual e da vida do espírito às transformações da vida social, comandadas elas mesmas pela subversão do regime econômico” (29).

E a condição, responsável pela solidariedade entre o social e o intelectual, que propiciou o nascimento das Universidades foi aquilo que se costuma chamar de Renascimento urbano do século XII.

O renascimento urbano, pelas transformações múltiplas que projetou na História européia, pode ser encarado, como um acontecimento verdadeiramente revolucionário. Na opinião de Henri Pirenne, não houve até os fins do século XVII uma revolução social tão profunda (30). Compreenderemos melhor a amplitude dessa revolução, analisando as condições históricas da Europa Ocidental antes do renascimento urbano.

Até o século XI, a História da Europa, apesar de já começar a ser influenciada pelo renascimento do comércio e pelas primeiras efervescências dos habitantes das cidades, ainda continuava a ser comandada por uma realidade social característica, isto é, o feudalismo (31). A vida econômica era tipicamente dominial, pois a partir do século VIII,

“a Europa ocidental voltou ao estado de região exclusivamente agrícola” (32),

apresentando os seguintes principais característicos: 1º). — ausência de mercados externos, já que não havia comércio, ficando os produtos do solo sem comprador (33); e o domínio, produtor e consumidor ao mesmo tempo, transformou-se numa autarquia, onde estava ausente a idéia do lucro, pois

(29). — Paré, Brunet, Tremblay, *La Renaissance du XIIIe siècle — Les écoles et l'enseignement*, Ottawa, Publications de l'Institut d'Études Médiévales d'Ottawa, 1933, p. 18.

(30). — *Histoire de l'Europe des invasions au XVIe siècle*, Bruxelas, Nouvelle Société d'Éditions, 6a. ed., p. 179.

(31). — Paré, Brunet, Tremblay, *op. cit.*, p. 19.

(32). — Pirenne, *Historia económica y social de la Edad Media*, México, Fondo de Cultura Económica, 4a. ed. espanhola, 1947, p. 14.

(33). — Pirenne chama de anti-comercial a civilização dessa época; cf. *Mahomet et Charlemagne*, Bruxelas, Nouvelle Société d'Éditions, 2a. ed., 1937, p. 214.

“não podendo regular a produção em função da exportação e da realização para fora, ela a regulamenta em função da repartição e do consumo por dentro” (34).

2º). — só muito raramente existia um pequeno comércio, acidental na opinião de Pirenne (35), e determinado pelas incertezas climáticas que, acidentalmente também, podiam trazer escassês de alimento para certas regiões (36);

3º). — a indústria era doméstica, visando apenas atender às necessidades de momento da família, estando inteiramente subordinada à agricultura;

4º). — desaparecimento quase completo da circulação monetária; não que a economia dessa época fôsse natural (*naturalwirtschaft*), isto é, característica daquelas épocas anteriores à invenção da moeda, pois na realidade, conforme assegura Pirenne, a moeda nunca deixou de existir como instrumento de troca e medida dos valores (37); no entanto, ela existia fora do domínio, nos pequenos mercados locais; dentro, ela não circulava e uma das características da exploração dominial foi, precisamente, a substituição dos pagamentos em dinheiro pelas prestações *in natura*: consequência natural e necessária de uma “economia fechada” ou talvez, mais exatamente, de uma “economia sem mercados” (38).

Quanto à vida política, muito embora fôsse verdade que o rei detinha de direito a suprema chefia da hierarquia feudal, sua autoridade, desde há muito tempo, cedeu de fato ao poder senhorial, e

“a soberania se esmigalhou ao infinito” (39).

Tal situação política era uma decorrência das condições econômicas: se tôda a existência social estava baseada na propriedade ou na posse da terra, disso resultava a impossibilidade da parte do Estado de manter um sistema militar e um tipo de administração que não estivessem baseados nela (40). Dessa forma, o exército e o funcionalismo eram recrutados apenas entre os possuidores de feudo, recorrendo o Estado, paradoxalmente, aos serviços de uma classe social, a aristocracia,

(34). — *Idem.*, *Histoire de l'Europe*, p. 62.

(35). — *Idem.*, *Historia económica y social de la Edad Media*, p. 16.

(36). — “Pero insistimos en que todo esto no representa una actividad comercial específica, ni sobretodo profesional. El mercader se improvisa, por decirlo así, de acuerdo con las circunstancias”. (*Idem.*, *ibidem*, p. 17).

(37). — *Idem.*, *Histoire de l'Europe*, p. 63.

(38). — *Idem.*, *ibidem.*, p. 63.

(39). — Paré, Brunet, Tremblay, *op. cit.*, p. 19.

(40). — Pirenne, *Historia económica y social de la Edad Media*, p. 15

“cujo poderio não poderia aumentar a não ser na proporção em que êle se enfraquecesse” (44).

Impossível, nessas condições, amparar a soberania do chefe do Estado que, se subsistiu de direito, desapareceu de fato (42). Desintegrou-se o poder público nas mãos dos seus agentes que

“pelo mesmo fato de que possuem cada um parte do solo se tornaram independentes e consideram as atribuições de que estão investidos como parte do seu patrimônio” (43).

E' o feudalismo, cujo aparecimento na Europa do Ocidente, no decorrer do século IX, nada mais foi que

“ a repercussão, na ordem política, da regressão da sociedade a uma civilização puramente rural' (44).

A vida social (45), percebe-se facilmente, girava em tórno de uma sociedade essencialmente rural, em que o comércio entre os países era mínimo e a classe dos comerciantes não existia. Seus principais característicos eram:

1º). — a condição dos homens era determinada pelas suas relações com a terra: assim, temos em cima uma minoria de proprietários láicos e eclesiásticos e, em baixo, uma maioria de camponeses vivendo nos limites dos domínios;

2º). — quem possuía a terra, possuía a liberdade e o poder; e é por isso que o proprietário era ao mesmo tempo senhor, enquanto que aquêle que não a possuía, tendia a ficar reduzido à servidão;

3º). — o senhor era a grande autoridade dessa sociedade: possuía agentes para administrar o domínio, fazia a justiça, recolhia os

(41). — *Idem.*, *Histoire de l'Europe*, p. 72.

(42). — “C'est que sa constitution politique ne répondait pas à sa nature économique. Depuis que le commerce et les villes ont disparu l'on est entré dans une période où les grands domaines absorbent à la fois les terres et les hommes et mettent les revenus de la première et les bras des seconds à la disposition d'une classe de magnats. Ceux-ci sont d'autant plus indépendants que leur existence économique n'est soumise à aucune perturbation, toute la production domaniale, en effet, ne sert qu'à l'entretien du domaine. Ils n'ont donc rien à attendre ni rien à craindre de l'État. Le sort de la royauté s'en trouve décidé. Tôt ou tard, suivant que l'évolution sociale est plus ou moins avancée, elle est condamnée à laisser ses droits et ses prérogatives passer à ces “puissants” qui sont maintenant à peu près ses seuls sujets, puisqu'ils s'intercalent entre elle et le peuple, et qu'elle est obligée de gouverner par eux”. (*Idem.*, *ibidem.*, p. 101).

(43). — *Idem.*, *Historia económica y social de la Edad Media*, p. 15.

(44). — *Idem.*, *ibidem.*, p. 15.

(45). — Cf. Pirenne, *op. cit.*, p. 19-20.

direitos feudais, exercia poderes de polícia e de chefe de um verdadeiro Estado (46).

A Igreja por sua vez logo se encontrou comprometida com a feudalidade: bispos e abades também se tornaram senhores feudais (47). E nesse mundo feudal, rigorosamente hierarquizado, a Igreja ocupou o lugar mais importante (48). Não se levando em conta o ascendente moral da Igreja, originário do fato de na Idade Média ter se imposto o sobrenatural ao natural (49), sua preponderância se manifestou por intermédio de dois fatôres: o intelectual e o econômico. Para

“poder se propagar e se manter, para poder assegurar não somente o seu ensinamento, mas o simples exercício do culto, a religião cristã exige imperiosamente pelo menos um mínimo de cultura letrada” (50), pois “o cristianismo é uma religião erudita e não saberia existir num contexto de barbárie” (51).

Ora, numa sociedade que caiu na mais completa ignorância, só a Igreja possuía os dois instrumentos indispensáveis para a cultura, ou seja, a leitura e a escritura (52). Justifica-se assim, porque até o século XI a alta administração dos estados se transformasse num verdadeiro monopólio do pessoal da Igreja: príncipes e reis eram obrigados a recrutar seus chanceleres, secretários, notários, etc. no clero (53). A preponderância econômica se manifestava tanto através da riqueza agrária quanto da monetária: possuía a Igreja inúmeros do-

-
- (46). — Halphen, *L'Essor de l'Europe (XIe-XIIIe siècles)*, Paris, Presses Universitaires de France, 3a. ed., 1948, p. 19-20.
- (47). — “Admis dans les cadres de la féodalité à raison de leurs possessions territoriales, qui faisaient d'eux souvent de grands seigneurs temporels en même temps que des pasteurs d'âmes, amenés en outre par la confiance des souverains ou de leurs vassaux à se mêler des affaires publiques pour le maniement desquelles leur instruction les qualifiait spécialement, les membres du clergé séculier étaient, du haut en bas de l'échelle, devenus prisonniers de cette organisation féodale, aux avantages de laquelle ils avaient cru pouvoir participer sans risques”. (*Idem., ibidem.*, p. 26).
- (48). — Pirenne, *Historia económica y social de la Edad Media*, p. 20. A respeito dessa mesma questão assim se expressa Bühler: “La estructura orgánica del feudalismo, basada en la fidelidad, era propicia al régimen eclesiástico, y el clero ocupaba de por sí una posición privilegiada dentro del estado organizado por estamento”. (*Vida y Cultura en la Edad Media*, México, Fondo de Cultura Económica, 1946, p. 52-53).
- (49). — Bühler, *op. cit.*, p. 42 e seg.
- (50). — Marrou, *Histoire de l'Éducation dans l'Antiquité*, Paris, Éditions du Seuil, 2a. ed., 1950, p. 418.
- (51). — *Idem., ibidem.*, p. 418.
- (52). — Pirenne, *op. cit.*, p. 20.
- (53). — É sintomático observar-se que, em certas línguas, as palavras que designam o homem da Igreja também designam o escriba, como exemplo: *clerc* em francês, *clerk* em inglês, *klerk* em flamengo e no antigo alemão, *diaca* no antigo russo. (Cf. Pirenne, *Histoire de l'Europe*, p. 28).

mínios, superiores em extensão aos da aristocracia láica (54), como também em organização, pois somente ela tinha homens habilitados para estabelecer polípticos, ter registros de contas, calcular entradas e saídas e, por consequência, poder equilibrá-las (55); dispunha também — mercê das doações dos fieis e das esmolas dos peregrinos — da fortuna monetária e

“que lhe permitia, em tempo de fome, emprestar seu dinheiro aos láicos necessitados” (56).

* * *

*

Essas eram as condições — excetuadas as de ordem intelectual que serão analisadas no devido tempo — da Europa ocidental anteriormente ao Renascimento urbano. Delas, como resultado do seu entrelaçamento numa tessitura única, surgiu um mundo comum; um mundo rural. Todavia, no decorrer do século XII, êsse mundo rural é sacudido por uma revolução: renascem as cidades. O renascimento das cidades — estas, segundo a famosa tese de Pirenne, desapareceram como consequência da expansão do Islamismo pelo Mediterrâneo, fazendo assim com que houvesse uma ruptura com o mundo antigo, não desaparecido por efeito das invasões germânicas e sim da referida expansão (57) — estêve estreitamente relacionado com o renascimento do comércio, que se iniciou a partir do instante em que a Cristandade começou a entrar em ofensiva contra o mundo islâmico (58), e

(54). — “Los ricos entregaban no pocas veces a la iglesia toda su fortuna, procediendo también en ello, induciblemente, como candorosos egoístas: con tal de que a ellos les fuese bien en la otra vida, pensaban, allá que sus deudos se las arreglasen para vivir en este mundo” (Bühler, *op. cit.*, p. 72-73).

(55). — Pirenne, *Historia económica y social de la Edad Media*, p. 20.

(56). — *Idem*, *ibidem*, p. 20.

(57). — Cf. *Histoire de l'Europe, Historia Económica y social de la Edad Media* e, sobretudo, *Mahomet et Charlemagne*. Contrariando a tese de Pirenne quanto ao desaparecimento da vida urbana veja-se, por exemplo, Maurice Lombard, *A Evolução urbana durante a Alta Idade Média*, in “Revista de História”, São Paulo, 1955, n° 23 e *A rota do Mosa e as relações longínquas das regiões mosanas entre os séculos VIII e XI*, in “Revista de História”, São Paulo, 1965, n° 63.

(58). — Os árabes, após a conquista da Sicília (século IX), pretenderam viver em paz com os cristãos, satisfeitos com o que já tinham conquistado. Mas cometeram um erro fatal: deram-se por satisfeitos, quando ainda o seu império se apresentava inacabado, isto é, não se tinham apossado de fronteiras defensáveis. Por exemplo, conquistaram a Espanha mas não tinham chegado até os Pirineus; possuíam a Córsega e a Sardenha, mas não as costas da Itália e da França; eram senhores da Sicília mas não do sul da Itália. Ali residiam os pontos de vulnerabilidade do mundo árabe e foi precisamente nêles que a Cristandade iniciou o

que alcançou resultados decisivos com as cruzadas (59). O Mediterrâneo voltou a ser um lago cristão e novamente, por essa via, o Ocidente retomou as suas relações com o Oriente. As cidades italianas, precursoras da abertura do Mediterrâneo, é que se incumbiram dessas relações. Além disso, quando a partir dos fins do século IX os vikings começaram a se transformar de piratas em comerciantes, o comércio do mar Báltico e do mar do Norte também conheceu o seu renascimento (60). Com a retomada do comércio marítimo, sobretudo no Mediterrâneo, é impulsionado o comércio terrestre (61): renascem as cidades, pois o comerciante, que era a princípio ambulante, precisava estabelecer-se nos chamados nós de trânsito, ou seja, centros onde o comércio

“se aprovisiona e de onde êle se irradia para fora” (62);

esses nós de trânsito já estavam habitados e, por serem ou sedes episcopais ou burgos, estavam também õtamente localizados (63); se a princípio não tinham nenhum vestígio de vida urbana, pois eram centros administrativos de uma sociedade completamente agrícola (64), o afluxo dos comerciantes vai animá-los com a nova atividade. Nas sedes episcopais do norte da Itália e nos burgos flamengos for-

seu ataque e do qual, segundo Pirenne, as cruzadas não passaram de uma continuação. (Cf. *Histoire de l'Europe*, p. 137-138).

- (59). — “En somme, l'immense effort des Croisades eût peu de conséquences directes. Il ne repoussa pas l'Islam, ne rattacha pas l'Eglise grecque, ne conserva pas même Jérusalem, ni Constantinople. En revanche, son importance fut considérable dans un domaine, tout à fait opposé à l'esprit qui l'avait inspirée: son vrai résultat fut le développement du commerce maritime italien et, à partir de la quatrième Croisade, la constitution de l'empire colonial de Venise et de Gênes dans le Levant”. (Pirenne, *Histoire de l'Europe*, p. 143).
- (60). — Cf. E. Simões de Paula, *O comércio varegue e o Grão-Principado de Kiev*, São Paulo, 1942.
- (61). — “La reprise du trafic méditerranéen par les Occidentaux eût été impossible si l'Europe continentale n'avait suivi l'élan donné et si, pour répondre à la demande croissante d'objets manufacturés réclamés par le commerce d'exportation, elle n'avait pour sa part, grâce aux matières premières importées du Levant, considérablement intensifié sa production”. (Halphen, *op. cit.*, p. 88).
- (62). — Pirenne, *op. cit.*, p. 156.
- (63). — Explica-se: as sedes episcopais estavam bem localizadas em função do fato de no território do antigo Império Romano os centros diocesanos terem sido estabelecidos nas principais cidades, e estas, logicamente, deviam a sua importância às vantagens da sua posição; os burgos, construídos nas regiões do norte e do leste e com a finalidade de abrigar as populações em caso de guerra ou conter as incursões dos bárbaros, estavam localizados em pontos que a própria facilidade do seu acesso permitisse o cumprimento da sua dupla função (refúgio ou defesa).; cf. Pirenne, *op. cit.*, p. 157.
- (64). — *Idem, ibidem*, p. 158.

maram-se as primeiras colônias mercantis. Surgem as cidades, surgem os burgueses. Nessas colônias também surge a indústria, pois

“em lugar de limitar, como há pouco tempo, a produção à capacidade de compra dos consumidores locais, pôs-se a trabalhar para uma clientela mais ampliada” (65),

e atinge-se mesmo, a princípio timidamente, mas a partir do século XII resolutamente, a uma verdadeira especialização de trabalho (66). Completando essas transformações geradas pelo renascimento do comércio, deu-se como consequência da circulação comercial o progresso da circulação da moeda (67).

Enfim, surgiu um nôvo tipo de economia. Uma economia mercantil, industrial ou — empregando-se uma expressão mais tecnicamente precisa — monetária. Contrapõe-se ela à antiga economia sem mercado, fechada, eminentemente agrária. Assim como àquêlê tipo de economia agrária correspondeu uma característica realidade social, isto é, o feudalismo, ao tipo de economia monetária também deverá corresponder uma outra e peculiar realidade social, a cidade. Feudalismo e cidade, dois mundos historicamente opostos e estranhos. Compreenderemos melhor tanto a oposição quanto a estranheza se analisarmos as consequências que a cidade, renascida do renascimento do comércio, projetou na história da Idade Média.

* *
*

(65). — Halphen, *op. cit.*, p. 88.

(66). — “Des provinces entières se spécialisent dans le tissage de la laine. La Flandre, l’Artois, la Picardie sont sans rivale pour la souplesse et l’éclat de leurs draperies. Pour les toiles, la Champagne, les pays de la Meuse, ceux du Rhin se classent hors de pair; de même, la haute Italie et la Toscane pour leurs cotonnades et leurs futaines; Montpellier, Gênes et Lucques pour leurs tissus brochés d’or. Les fabriques d’armes du Poitou acquirèrent rapidement une grande notoriété. Avant le milieu du XIIIe siècle, le développement industriel a déjà, dans certaines contrées, en Flandre notamment, atteint un niveau tel, que tout y semble subordonné à la prospérité des métier”. (Halphen, *op. cit.*, p. 89).

(67). — “Un commerce extérieur aussi favorablement équilibré ne pouvait manquer de drainer vers l’Europe monnaies et métaux précieux, d’y accroître par suite, dans des proportions considérables, le volume des moyens de paiement. A cette aisance monétaire, au moins relative, s’ajoutait, pour en multiplier les effets, le rythme accéléré de la circulation. Car, à l’intérieur même du pays, les progrès du peuplement, la facilité plus grande de liaisons, l’arrêt des invasions, qui avait fait peser sur le monde occidental une telle atmosphère de trouble et de panique, d’autres causes encore, qu’il serait trop long de scruter ici, avaient ravivé les échanges”. (Marc Bloch, *La Société Féodale. La formation des liens de dépendance*, Paris, Éditions Albin Michel, 1939, p. 114).

Levando-se bastante em conta uma ordem didática de exposição, podemos afirmar que o renascimento urbano propiciou quatro grupos de transformações: sócio-econômicas, políticas, religiosas e culturais.

Transformações Sócio-Econômicas (68).

No campo registrou-se a completa perturbação do regime de economia rural a a transformação correspondente da condição das classes agrícolas (69). As seguintes transformações explicariam melhor aquilo que Halphen chamou de revolução nos campos (70):

1ª). — *Fim do regime dominial*. As cidades fornecem os mercados para a economia dominial até então fechada, comprando os produtos agrícolas de que necessitam; por consequência, nasce a idéia do lucro, pois a produção é remuneradora; com a intensificação das relações campo-cidade, a circulação monetária é ativada na zona rural e, tornando-se a moeda cada vez mais abundante seu valor diminui em proporção; eleva-se o custo da vida; não podendo os senhores feudais aumentar as imutáveis prestações que recebiam dos seus rendeiros — transformadas de naturais em monetárias, num esforço de adaptação ao novo tipo de economia — e que, gradativamente vão perdendo o seu valor, na medida em que a moeda se enfraquece e o custo da vida se eleva, chegam eles à beira da ruína. E' por isso que para a pequena nobreza militar,

“não possuindo em regra geral senão feudos de extensão medíocre que lhes permitia apenas viver, a crise foi uma verdadeira catástrofe” e, dessa forma, uma grande parte “da cavalaria, tão numerosa no século XI, desapareceu na miséria no fim do século XII” (71).

2ª). — *Aumento da população do campo*, já que as cidades trouxeram aos camponeses novos meios de existência.

3ª). — *Aumento da área agrícola da Europa*. Com o novo tipo de economia a terra, que antes era um simples meio de subsistência, passa a ser apreciada como um valor e as perspectivas do lucro levam o homem a se preocupar com o aumento da sua produção que encontra mercado; compreende-se assim que terras até então incultas, como, por exemplo, a oeste do Reno, sul do Danúbio, leste do Elba, passem a ser exploradas e com um interesse tal, que inclusive no coração das velhas regiões as florestas e as terras baldias são

(68). — Cf. sobretudo Pirenne, *Histoire de l'Europe*, p. 170-176.

(69). — *Idem, ibidem*, p. 171.

(70). — *Op. cit.*, p. 94 e seg.

(71). — Pirenne, *op. cit.*, p. 171.

“incessantemente rilhadas pela charrua” (72).

E’ em função dessa procura de novas terras que se pode mesmo dizer que a partir do século XII, época de grandes desbravamentos (73), a moderna Europa começa a surgir como uma entidade geográfica (74).

4ª). — *Melhoria das técnicas agrícolas*. A economia dominial, insensível à superprodução através da qual pudesse ser melhorada a condição do trabalhador ou aumentar o rendimento da terra, nunca exigiu mais que um mínimo de cuidados e de esforços; não é de estranhar assim que tivesse havido a regressão dos métodos de cultura, e que a ciência agrícola fôsse esquecida. Com a nova economia, fundamentada no comércio,

“a possibilidade de vender as colheitas incitará os detentores do solo a adotar os métodos mais aperfeiçoados e por consequência mais lucrativos” (75).

Renasce a agronomia com o emprêgo de novas técnicas agrícolas (76).

5ª). — *Libertação do camponês*. Lógicamente, as transformações que acabamos de ver não poderiam, normalmente, se operar a não ser que houvesse também uma transformação nas condições de vida dos trabalhadores rurais (77). O camponês cada vez mais se liberta, desligando-se dos laços que o prendiam ao senhor feudal: para

(72). — Bloch, *op. cit.*, p. 111.

(73). — Halphen, *op. cit.*, p. 95.

(74). — “To conclude our general observations on the rise of towns, the most consequential achievement of the medieval period was the development of northern Europe. This marked a great step in the migration of civilization and its urban form from the Mediterranean. Before this time, urbanism had initially been associated with large rivers, as in the “hydraulic” societies of Egypt and Mesopotamia. Classic Greece and Rome extended this civilization along the coasts and savannahs of the *Mare Nostrum*. The middle ages spread it to the inland areas of a continent. The development of a continental civilization based upon the extensive northern plain was the great advantage that enabled Europe to conquer the world in modern times”. (John H. Mundy e Peter Riesenbergh, *The Medieval Town*, Princeton, D. Van Nostrand Company, Inc., 1958, p. 31-32).

(75). — Pirenne, *op. cit.*, p. 63.

(76). — “Aussi l’outillage même et les procédés de culture — autant que les textes permettent de l’entrevoir — tendent-ils à s’améliorer. On commence, dans certaines régions, à assouplir le système de la jachère, tel du moins qu’il avait été pratiqué pendant les siècles de stagnation commerciale: au lieu de se résoudre à l’abandon de toute culture un an sur deux, ou au minimum un an sur trois, on recourt volontiers au fumage et au marnage, dont les baux du XIIIe siècle feront souvent une obligation stricte aux métayers et aux fermiers, et à une alternance des cultures plus favorable au rendement”. (Halphen, *op. cit.*, p. 97).

(77). — *Idem, ibidem*, p. 97.

que as terras agrestes sejam colonizadas há a necessidade de se atrair a mão-de-obra; oferece-se assim ao camponês condições tais de trabalho — e que cada vez mais se distanciam das tipicamente feudais, isto é, baseadas numa série de obrigações — que êle obtem o direito de dispor quase sem reserva do solo que cultivava (78). Além disso, para evitar o êxodo dos camponeses das terras de exploração antiga para as novas, a fim de ir buscar alhures as liberdades que não tinham, os senhores se viram obrigados a fazer concessões. Dessa forma, devido ao progresso econômico (79), ficava destruída a patronagem social exercida até então pelo senhor sôbre os seus homens. E assim, à medida

“que a liberdade se substitui à servidão, o proprietário se despe cada vez mais do seu antigo caráter familiar e o interesse material tende a tornar-se a única norma das suas relações com seus rendeiros” (80).

Enfim, como quer Halphen, o século XII, que parece ter sido um século essencialmente feudal, na realidade apresentou os sinais anunciadores do próximo fim da feudalidade (81).

Encerrando aquilo que chamamos de transformações socio-econômicas, e completando-as, temos ainda, relacionado com o renascimento urbano, o aparecimento da burguesia, classe que, socialmente, se erigiu em representante do nôvo tipo de economia monetária. E' na própria origem do comércio que devemos encontrar as raízes mais profundas da burguesia. Com o esboçar do renascimento comercial começaram a surgir os mercadores: eram homens novos, no sentido de que êles não se originaram dos quadros da sociedade estabelecida; isto é, não saíram nem da nobreza nem do clero: havia um verdadeiro contraste entre o ideal de nobreza e a vida do mercador, dois mundos impermeáveis; e a Igreja, adaptando-se a um conceito de mundo em que o único fundamento da ordem social era a terra, condenava o comércio, que era visto como um perigo para a alma — *Homo mercator nunquam aut vix potest Deo placere* — como também a usura, pois para ela o verdadeiro objeto do trabalho não era enriquecer e sim manter o indivíduo na condição em que êle nasceu, até que da vida mortal passasse para a vida eterna (82); e tão pouco se originaram

(78). — *Idem, ibidem*, p. 98.

(79). — “Ce n'est guère que dans les régions difficilement accessibles ou fort éloignées des grands courants commerciaux, que le servage conserva sa forma primitive”. (Pirenne, *op. cit.*, p. 175).

(80). — *Idem, ibidem*, p. 175.

(81). — *Op. cit.*, p. 99.

(82). — Cf. Pirenne, *Histoire de l'Europe*, p. 153; *Historia económica y social de la Edad Media*, p. 20.

os mercadores da classe dos camponeses, porquanto êstes tinham a sua vida assegurada e protegida e não iriam trocá-la pela incerteza, pela aventura e pelo perigo. Pirenne (83) acredita que os comerciantes tiveram por ancestrais os pobres, gente sem terra que, não tendo o que perder só tinham o que ganhar, que a pobreza tornou engenhosos e cuja grande preocupação era a de fazer fortuna. Lançaram-se a uma expedição de corso, à pilhagem de um pôrto árabe, ou à captura de um navio bem carregado, fazendo a fortuna e com ela comprando gêneros que iam vendendo nos lugares onde havia fome. E' um comércio ainda local e ambulante, mas como querem ganhar mais vão sempre para mais longe, tornam-se profissionais e então se fixam. Estabelecem-se nos nós de trânsito — pôrto, sede episcopal ou burgo —; dão vida urbana a êsses locais: organizam-se em associações, fortificam as cidades, fazem nascer a indústria, atraem populações do campo oferecendo-lhes trabalho mais lucrativo, ativam a circulação monetária, proporcionam condições para o rápido crescimento das cidades, fazendo com que elas se estêndessem para fora das suas muralhas, dando origem assim aos falsos burgos (84). Naturalmente, a nascente burguesia manifesta o interêsse de governar essas cidades que sômente graças às novas atividades — comércio e indústria — têm uma vida até então desconhecida para elas: querem assim os burgueses controlar tanto a justiça quanto a administração das mesmas. Mas essa pretensão burguesa visando a emancipação urbana foi tão revolucionária que ela chegou mesmo a perturbar a alma

“eminentemente conservadora da Idade Média” (85),

pois as necessidades e as tendências da nova classe eram incompatíveis com a organização tradicional da Europa do Ocidente (86): assim, do encôntro dêsses homens novos com as autoridades da sociedade antiga, nasce a oposição entre o direito dominial e o direito comercial, entre as trocas em natura e as trocas em moeda, e ainda entre a servidão e a liberdade (87). O cronista Guibert de Nogent, com o seu famoso grito de alarme:

“Comuna, nome novo, nome detestável!” (88),

(83). — *Histoire de l'Europe*, p. 153-154.

(84). — “Comme la cité ou le bourg primitif, elle est donc elle-même une forteresse; on l'appelle nouveau-bourg, ou faubourg, c'est-à-dire bourg extérieur; et c'est à cette particularité que ses habitants doivent d'avoir été désignés depuis le commencement du XI^e siècle sous le nom de bourgeois”. (Pirenne, *op. cit.*, p. 160).

(85). — Calmette, *La Société féodale*, Paris, Librairie Armand Colin, 1947, p. 99.

(86). — Pirenne, *Historia económica y social de la Edad Media*, p. 56.

(87). — *Idem*, *Histoire de l'Europe*, p. 160-161.

(88). — Apud Calmette, *op. cit.*, p. 99.

interpretava muito bem a atitude de reacção das autoridades sociais, inconformadas com aquilo que tinham por uma intolerável revolta contra os seus direitos naturais (89) e que estava revolucionando a fisionomia da sociedade medieval, rompendo os quadros tradicionais (90). A resistência das autoridades feudais ocasionou breves, mas songrentas convulsões, como, por exemplo: em Cremona, por volta de 1030, em Parma, Milão e Mântua, um pouco mais tarde, em Mans (1069), em Cambrai (1077), em Beauvais (1099), em Laon (1112) (91). No entanto, no dizer de Halphen (92), êsses tumultuosos incidentes nada mais eram do que o prelúdio de uma revolução mais ampla — mas pacífica — que vai caracterizar tôda a primeira metade do século XII. Realmente, os senhores feudais foram obrigados a ceder pois, se as reivindicações burguesas abalavam a sua autoridade local e punham em perigo alguns dos seus rendimentos dominais, êsses inconvenientes eram largamente compensados pelas receitas suplementares, provenientes do *tonlieu* e pelas vantagens de um afluxo de trigo, mercadorias várias e moeda (93). Assim sendo, graças a essa mudança de atitude, a primeira metade do século XII vê a potência urbana chegar à maturidade (94). E' a revolução comunal, consequência da revolução econômica.

Surge dessa forma uma classe distinta (95), pois o burguês

“é um homem qualitativamente diferente de todos aquêles que vivem fora da muralha municipal” (96).

(89). — Halphen, *op. cit.*, p. 92.

(90). — “C'est là ce qui explique pourquoi la féodalité, ecclésiastique ou laïque, a vu le mouvement d'un fort mauvais oeil. Certains prélats, qui ne comptent pas parmi les meilleurs, ont lutté avec âpreté persévérante contre les bourgeois et il en est résulté que la révolution communale s'est parfois, comme à Vézelay, à Cambrai, à Saint-Riquier accompagnée d'un certain anticléricalisme qui, sauf dans le midi, n'a rien de commun avec l'hérésie ou avec la libre pensée. La petite féodalité laïque, plus immédiatement visée, a été nettement hostile. L'attitude des grandes feudataires au contraire a varié d'un pays à l'autre: en Flandre, où les villes étaient devenues riches et fortes, les comtes ont combattu le mouvement, tandis qu'en Normandie et en Champagne ils en ont pris la tête. Les rois ont été hésitants et incertains: dans leur domaine où la commune constitue en abrégement à leur préjudice, ils ont cherché à prévenir la création de ces organismes nouveaux; au dehors au contraire ils l'ont favorisée, parce qu'elle diminuait la puissance de leurs grands vassaux”. (Fliche, *La Chrétienté Médiévale (395-1254)*, Paris, E. de Boccard, Editeur, 1929, p. 467).

(91). — Halphen, *op. cit.*, p. 92.

(92). — *Op. cit.*, p. 92.

(93). — Pirenne, *Histoire de l'Europe*, p. 161.

(94). — Halphen, *op. cit.*, p. 92-93.

(95). — *Idem, ibidem*, p. 94.

(96). — Pirenne, Cohen, Focillon, *La Civilisation Occidentale au Moyen Age du XIe au milieu du XVe siècle*, Paris, Presses Universitaires de France, 1933, p. 53.

Pertence a uma classe de privilegiados. Mas com a vantagem da sua condição privilegiada ser diferente daquele do nobre: o nobre era o antigo homem livre proprietário e o seu privilégio adveio do facto da massa ter caído na servidão; não ascendeu, e sim apenas continuou a fazer parte de uma minoria que conseguiu permanecer no seu lugar em meio do rebaixamento geral; o seu privilégio, portanto, era negativo. O burguês não, era positivamente privilegiado: era um *parvenu* que ascendeu, conquistando de fato e de direito um lugar na sociedade; e o seu mérito foi tanto maior quando se sabe que a sociedade podia viver sem êle; móvel, ativo, agente de transmissão e de transformação, ao lado daqueles que — representantes da economia agrícola — produziam, diretamente, tudo aquilo que era necessário para a vida, o burguês não era indispensável (97). Mas êle soube impor-se (98) — criando o seu próprio mundo, o das cidades. Nêsse mundo, revolucionando o antigo, êle criou a administração urbana, ou seja, a primeira administração civil e laica da história européia e inventando tudo, pois nada havia a ser imitado: sistema financeiro, contabilidade, regulamentos comerciais e industriais, primeiros rudimentos de uma polícia de higiene, trabalhos públicos (mercados, canais, correios, muralhas urbanas, distribuição de água), *escolas*, tudo isso foi obra da burguesia (99). Tem razão, portanto, Pirenne, quando diz que o burguês foi, essencialmente, um agente de progresso social e de civilização (100) e que a sua expansão comercial se propagou

“como uma benfazeja epidemia através de todo o continente”
(101).

* * *

*

Transformações Políticas.

Tirando ao Estado o seu carácter essencialmente agrícola e submetendo a população rural à sua atração e à sua influência, a cidade, com o renascimento urbano, vai retomar o seu lugar na sociedade política (102). E a retomada dêsse lugar estabelece-se na medida em

(97). — Pirenne, *op. cit.*, p. 162-163.

(98). — Nobreza, clero e burguesia é a trindade que irá dirigir o destino da Europa até o fim do Antigo Regime; cf. Pirenne, *op. cit.*, p. 166.

(99). — *Idem, ibidem*, p. 164.

(100). — *Idem, ibidem*, p. 163.

(101). — Apud Fliche, *op. cit.*, p. 472.

(102). — Pirenne, *Histoire de l'Europe*, p. 176.

que o desenvolvimento da vida urbana é responsável por uma série de transformações na vida política do Estado.

Dentre essas transformações, uma delas refere-se à sedentarização da administração do Estado. Antes, quando dominava, exclusivamente, a economia agrária, a administração dos estados se caracterizava pelo seu nomadismo. Na França, por exemplo, o Estado não tinha uma capital fixa: os monarcas, deixando de residir nas cidades, pois a falta absoluta de comércio impedia-os de encontrar aprovisionamento suficiente para o sustento da côrte, habitavam os seus domínios particulares, mudando-se de um domínio para outro, depois de terem esgotado a capacidade de abastecimento de cada um dêles (103); levavam consigo a côrte ou a chamada administração central e o local onde, provisoriamente, se instalavam — os impostos não chegavam até êles, havendo assim a necessidade de se chegar até aos impostos, que eram consumidos no próprio local da sua cobrança — fazia as vêzes de capital: Carlos Magno foi o exemplo típico de monarca itinerante. Na Alemanha era a mesma coisa: não havia capital, o monarca era um errante pelo Império, um eterno viajante (104). Dessa forma, por um

“curioso fenômeno de regressão, a administração, perdendo o seu caráter urbano, de sedentária que ela era, torna-se nômade” (105).

Agora, porém, com o renascimento das cidades, a administração readquiriria o seu caráter urbano e, por consequência, voltava a ser sedentária.

Ao mesmo tempo em que se sedentarizava, a administração do Estado também se laicizava, pois um elemento novo, não eclesiástico, portanto, láico, isto é, a burguesia, surgia para disputar e, por fim, conquistar o aparelhamento administrativo estatal e que, até então, era incontestemente monopólio do clero. E' da seguinte maneira que Pirrenne, magistralmente, refere se a êsse processo de laicização:

“Até aqui o Estado tinha sido forçado a emprestar à Igreja todos aquêles dos seus agentes para os quais um certo grau de instrução era indispensável. Doravante, êle vai emprestá-los, e cada vez mais largamente à burguesia. Pois, diferentemente do nobre, cuja profissão militar não requer senão outra aprendizagem que aquela das armas, o burguês como resultado das necessidades do comércio conhece a exigência de um ensino pelo menos rudimentar. E' indispensável ao comerciante saber ler e escrever e, desde o século XII, não há cidade de alguma importância que não possua a sua escola.

(103). — *Idem, ibidem*, p. 60.

(104). — *Idem, ibidem*, p. 125.

(105). — *Idem, ibidem*, p. 60.

A princípio, o ensino ali é todo latino, e é com efeito em latim que são redigidos os mais antigos atos da administração urbana e os mais antigos documentos comerciais que nós possuímos. Mas isto não foi senão um estágio intermediário pelo qual, no começo, foi preciso necessariamente passar, na impossibilidade que havia de encontrar mestres fora da Igreja. Era evidente que a população burguesa não podia persistir por muito tempo empregando, para a prática diária dos negócios, uma língua que não era mais aquela que se falava. Desde o começo do século XII, o que devia acontecer acontece, a língua vulgar é empregada pelos escribas urbanos, e é característico que esta novidade se apresenta antes de mais nada no país onde a vida municipal é a mais desenvolvida, isto é, na Flandres. O primeiro dêsse gênero que se possui é uma carta do escabinado douaisiano, do ano 1204, em dialeto picardo. À medida que a administração urbana se complica, que o magistrado mantém uma correspondência mais extensa e deve julgar os litígios mais importantes, que a direção dos interesses comerciais exige mais solicitude e conhecimentos, o grau de instrução exigido dos escreventes empregados pela cidade, dos notários e dos advogados aos quais recorrem os particulares, aumenta em proporção, e se forma assim no seio da burguesia uma classe de práticos láicos muito mais adaptados, pelo seu conhecimento do mundo e dos negócios, às exigências da administração civil, que os eclesiásticos a quem tinha sido preciso recorrer até então. A partir do fim do século XII, aumentará sem cessar o número daqueles que entrarão para o serviço dos príncipes ou dos reis e consagrarão sua inteligência ao serviço do Estado. Pode-se afirmar que o primeiro pessoal láico que a Europa conheceu depois do desaparecimento da burocracia imperial romana, foi fornecido pela burguesia” (106).

Completando, vemos ainda que as cidades, tomando por toda parte um lugar cada vez maior na vida política, exercem sobre a própria constituição do Estado uma influência cada vez mais crescente (107). Na França elas irão auxiliar o rei no combate às pretensões da alta feudalidade (108): os soberanos franceses, contrariamente aos alemães, tinham, em certos períodos, boa disposição em relação às cidades (109); Luís VI e Luís VII compreenderam que as associações burguesas podiam secundar a ação monárquica (110), e durante o reinado de Filipe-Augusto houve uma verdadeira aliança política entre

(106). — *Op. cit.*, p. 176-177.

(107). — *Idem, ibidem*, p. 177.

(108). — *Idem, ibidem*, p. 177.

(109). — Max Weber, *La Città*, Milão, Valentino Bompiani, 1950, p. 153.

(110). — Petit-Dutallil, *Les Communes Françaises. Caractères et évolution des origines au XVIIIe siècle*, Paris, Albin Michel, 1947, p. 103.

a monarquia e a burguesia (111); e dessa aliança Filipe-Augusto recolheu os frutos que ambicionava, pois a batalha de Bouvines (1214),

“que estabeleceu definitivamente a preponderância da realeza no interior da França e fêz irradiar seu prestígio sôbre tôda a Europa, foi devida em grande parte aos contingentes militares das cidades” (112).

Na Inglaterra a influência das cidades se manifestou de uma maneira completamente diferente daquela que na França: ao invés de sustentar a realeza, uniram-se aos barões e insurgiram-se contra ela, contribuindo dessa forma para arrancar à corôa as primeiras liberdades nacionais (113) e, conseqüentemente, preparar o govêrno parlamentar, que tem na Magna Carta (1214) as suas mais longinquas origens (114). Já na Itália, desde o século XII, e na Alemanha, após a decadência definitiva da autoridade imperial (115), as cidades se transformaram em repúblicas independentes (116).

* *

*

Transformações Religiosas.

O movimento urbano também repercutiu, e de uma maneira muito profunda, sôbre a vida religiosa. A piedade e a caridade adquiriram um nôvo elã (117). E o monaquismo, com o aparecimento das ordens mendicantes, conheceu uma verdadeira revolução: com os franciscanos e dominicanos o monaquismo, pela primeira vez, volta as costas ao campo (118) e pela, primeira vez, procura a cidade; a ação dessas ordens foi eminentemente urbana (119), chegando mes-

(111). — *Idem, ibidem*, p. 105.

(112). — Pirenne, *Les Villes et les Institutions urbaines*, Bruxelas, Nouvelle Société d'Éditions, 1939, V. I, p. 428.

(113). — *Idem, Histoire de l'Europe*, p. 177.

(114). — *Idem, Les Villes et les Institutions urbaines*, v. I, p. 428.

(115). — *Idem, ibidem*, v. I, p. 428.

(116). — *Idem, Histoire de l'Europe*, p. 177.

(117). — “Rien de plus ardent et de plus profond que la religion des bourgeoisies. Il n'en faut d'autre preuve que le pululement extraordinaire des confréries, des gildes, des associations de toutes sortes, qui, dans chaque ville, se consacrent à la prière, ou au sein des malades, des pauvres, des veuves, des vieillards ou des orphelins. Dès la fin du XIIe siècle, les béguines et les bégards, qui associent l'ascétisme à la vie laïque, se répandent de ville en ville” (Pirenne, *Histoire de l'Europe*, p. 177).

(118). — Lagarde, *La Naissance de l'Esprit laïque au déclin du Moyen Âge*, Paris, Presses Universitaires de France, 1948, v. I, p. 219.

(119). — Pirenne, *op. cit.*, p. 178.

mo Pirenne a acreditar que sem a burguesia elas não se teriam fundado (120).

No entanto, com o renascimento urbano, a Igreja passou a estar ameaçada por um duplo perigo. O primeiro ameaçava-a na sua ortodoxia — daí Pirenne considerá-lo o mais grave dos dois (121) — pois houve uma íntima relação entre o renascimento das heresias e o renascimento do comércio e das cidades, já que o Ocidente não foi perturbado pelas heresias antes dêsse duplo renascimento (122). Mais os burgueses se interessavam pelas coisas religiosas e mais êles estavam expostos a se deixarem seduzir pelas doutrinas maniqueistas (123) que, por

“vias desconhecidas, mas que são sem dúvida as vias do comércio” (124).

se infiltraram do Oriente na Europa. A primeira e a mais importante dessas heresias antes do protestantismo, a dos cátaros,

“começa precisamente a se propagar no século XI e é pois, estritamente, contemporânea do movimento urbano” (125).

Foi sobretudo no proletariado das cidades que as heresias encontraram os seus adeptos (126). E não devemos nos esquecer que Pedro Valdès, fundador de uma dessas heresias, a dos valdenses, era um comerciante da cidade de Lyon.

O segundo perigo ameaçava a Igreja na situação de que ela gozava como corporação privilegiada (127). A Igreja que na qualidade de maior proprietária, de há muito, tinha a sua influência temporal sôlidamente assentada, sôbre as instituições dominiais e patriarcais características de uma sociedade rural (128), agora, com o renascimento das cidades, está ameaçada pelos ataques que se fazem aos

(120). — “Ces deux ordres nouveaux, si éminemment conformes aux besoins des temps, mirent leur soin principal à organiser, dans les villes, la prédication et la réception des sacrements”. (Schnürer, *op. cit.*, v. II, p. 649); “San Francisco de Asís surge ciertamente de la ciudad italiana; su cristianismo es de carácter proletario urbano; la pobreza, y en verdad la pobreza individual, constituye casi el centro del mismo; y la predicación para el pueblo, en los grandes templos que surgen para éste, representa la primera preocupación o la primera consecuencia de tal orientación” (Alfredo Weber, *Historia de la Cultura*, México, Fondo de Cultura Económica, 1948, p. 236).

(121). — *Histoire de l'Europe*, p. 178.

(122). — Pirenne, *op. cit.*, p. 178.

(123). — *Idem, ibidem*, p. 178.

(124). — *Idem, ibidem*, p. 222.

(125). — *Idem, ibidem*, p. 178.

(126). — *Idem, ibidem*, p. 222.

(127). — *Idem, ibidem*, p. 179.

(128). — Lagarde, *op. cit.*, v. I, p. 210-211.

seus tribunais (129), às suas isenções em matéria financeira (130) e ao monopólio que ela pretende exercer em matéria de instrução (131). Em outras palavras, as cidades pretendem impedir que a Igreja intervenha no domínio específico dos interesses temporais (132). Dessa oposição ou dêsse conflito entre a Igreja e a Cidade nasce, pela primeira vez, um verdadeiro “espírito laíco” (133), espírito que, na opinião de Pirenne

“é preciso considerar como a causa primeira e longínqua do Renascimento” (134).

* * *

-
- (129). — “S’il s’agit de défendre les droits de la justice laïque contre les justices d’Eglise, les ligues des seigneurs ne sont que jeux d’enfants à côté des âpres revendications bourgeoises. A Milan, le podestat revendique pour sa justice les causes qui intéressent les dîmes, l’usure et jusqu’au mariage. Sous Honorius III il “pousse le ridicule”, aux dires de ses adversaires, jusqu’à prononcer des divorces. Salvemini cite des exemples analogues dans toutes les villes italiennes. En France, dès le début du XII^e siècle, les conflits de juridiction entraînent des émeutes violentes à Metz et Verdun; il en va de même à Noyon en 1222 et à Beauvais en 1257. En 1248, les échevins d’Arras frappent d’une amende de soixante livres parisis les bourgeois qui en citeraient d’autres en cour d’Eglise, si ce n’est pour cause de mariage ou d’usure. Ils prétendent retirer à l’Eglise la connaissance des testaments” (*Idem, ibidem*, p. 211-212).
- (130). — “C’est aussi dans les villes que se manifeste avec le plus de netteté la volonté de soumettre les clercs à l’impôt public. M. Luchaire note cette tendance dans toutes les communes françaises. M. Pirenne dans toutes les communes flamandes. M. Salvemini dans toutes les villes italiennes. Au milieu du siècle, Odofredo déclare que les bourgeois ne veulent plus payer à des prêtres indignes des dîmes qui ne sont dûes qu’aux pauvres, et que les cités de Lombardie et de Toscane forcent les églises et les clercs à payer les impôts. De fait, malgré les interdictions des deux premiers conciles de Latran, presque toutes les villes du nord de l’Italie imposent l’une après l’autre les clercs: Padoue dès 1221, Pavie en 1243, Pise en 1246, Pérouse en 1248, Trévise en 1267, Bergame en 1272, Modène en 1278” (*Idem, ibidem*, p. 213-214).
- (131). — “C’est d’abord en Italie que se multiplièrent les laïcs instruits dans les écoles de droit qui, lorsque renaissent les principes du droit romain, voulaient les appliquer, s’il le fallait, même contre les représentants de l’Eglise. Ils engagèrent cette lutte lorsque les principes du droit romain furent appliqués à l’Etat laïque et qu’on commença à organiser l’administration de l’Etat avec des fonctionnaires laïques. C’est là que se dissimulent les causes profondes de la querelle entre Boniface VIII et Philippe le Bel, de France. Le roi de France trouva ses soutiens principaux dans des juristes versés dans la connaissance du droit laïque, instruits dans les universités, les légistes, qui le poussaient à la lutte contre le pape. Ce ont les premiers signes annonciateurs de la Renaissance; ils dominent la fin du moyen âge, mais n’apparaissent nettement qu’à la fin de notre période. Ils sont en opposition directe avec le caractère principal de notre période, durante laquelle l’Eglise est exclusivement, non seulement en principe, mais encore en fait, maîtresse et guide de toute la société occidentale” (*Schnürer, op. cit.*, v. II, p. 418).
- (132). — Pirenne, *Histoire de l’Europe*, p. 179.
- (133). — Lagarde, *op. cit.*, v. I, p. 208.
- (134). — *Op. cit.*, p. 179.

Transformações Culturais.

O renascimento das cidades, favorecendo a ativa troca das idéias (135), ampliando consideravelmente o horizonte e o raio de ação do homem (136), foi responsável por um notável aumento da cultura (137). Veremos, logo mais, quando tratarmos das condições culturais que deram origem às Universidades européias, como o século XII conheceu também, solidariamente com o renascimento urbano, um renascimento cultural. Teremos então a oportunidade de analisar o renascimento da cultura em quase todos os seus aspectos e de ainda salientar a extraordinária densidade cultural que caracterizou aquêlê século. Por ora iremos nos preocupar com aquilo que mais interessa, isto é, as transformações que o renascimento urbano proporcionou no aspecto pedagógico da cultura.

A primeira grande transformação de caráter pedagógico que conhece a Europa Ocidental, como consequência do renascimento urbano refere-se ao aparecimento de um novo tipo de escola. Trata-se das escolas comunais, nítido reflexo de uma cultura láica que nascia à margem da Igreja: eram escolas burguesas, no sentido de que elas foram fundadas pelos concelhos municipais, para atender às necessidades da burguesia (138); essas atividades estavam intimamente associadas com as atividades peculiares da burguesia, particularmente o comércio (139); foram elas as primeiras escolas láicas da Europa de-

(135). — Bréhier, *Histoire de la Philosophie*, t. I, fasc. 3, p. 634.

(136). — Bühler, *op. cit.*, p. 210.

(137). — *Idem*, *ibidem*, p. 110. "C'est au coeur de la société nouvelle, nous l'avons vu, dans la vie "communale" s'organisant sur les ruines de la féodalité, que se manifestent, avec l'esprit d'indépendance, la curiosité audacieuse de l'esprit et le goût de la culture" (Paré, Brunet, Tremblay, *op. cit.*, p. 180).

(138). — Cf. Pirenne, *Les Villes et les Institutions Urbaines*, v. I, p. 430, *Historia Económica y Social de la Edad Media*, p. 126; Lagarde, *op. cit.*, v. I, p. 217; Schnürer, *op. cit.*, v. II, p. 538.

(139). — "La actividad comercial fué sin duda alguna causa de la creación de las primeras escuelas para los hijos de burgueses". (Pirenne, *Historia Económica y Social de la Edad Media*, p. 126); "La connaissance de la lecture et le l'écriture étant indispensable à la pratique du commerce, n'est plus réservée aux seuls membres du clergé. Les bourgeois s'y est initié avant le noble, parce que se qui n'était pour le noble qu'un luxe intellectuel était pour lui une nécessité journalière". (Pirenne, *Les Villes et les Institutions Urbaines*, v. I, p. 430); "Le besoin s'en fit sentir lorsque, au cours du XIIIe siècle la bourgeoisie des villes s'accrut; elle voulait faire donner à ses fils une certaine culture, déjà parce que la pratique du commerce exigeait qu'on sût lire, écrire et calculer. De même sous cette instruction, les artisans des villes pouvaient à peine se tirer d'affaire. Le riche bourgeois pouvait bien prendre pour ses enfants un précepteur ou un professeur particulier, comme on le faisait en France dans les familles nobles, depuis le XIIe siècle; mais le bourgeois moyen, dont les ressources étaient limitées, ne pouvait se permettre de pareilles dépenses. Comme les écoles épiscopales et capitulaires ne pouvaient

pois do fim da Antigüidade, através delas, o ensino deixou de reparar os seus benefícios, exclusivamente com os noviços dos mosteiros e com os futuros padres das paróquias (140).

Uma outra transformação de ordem pedagógica relacionada com o renascimento urbano refere-se aos deslocamentos geográficos dos centros culturais. Até então, com o domínio do agrarismo, porque era o mosteiro o foco da atividade intelectual (141), as escolas monásticas impuseram incontestável supremacia sobre as escolas episcopais. Agora, com o renascimento urbano, era o inverso que se dava, pois a referida supremacia intelectual se transferia das escolas monásticas para as escolas episcopais (142), o que quer dizer, para escolas caracteristicamente das cidades. Por uma série de razões — que detalhadamente estudaremos no Capítulo II deste trabalho — as escolas monásticas deixaram de estar em condições de se adaptar às novas necessidades culturais, proporcionadas por um mundo novo, o mundo das cidades. Não causa assim surpresa o fato delas terem sido eclipsadas pelas escolas episcopais (143).

Por fim, surgem as Universidades. E elas surgem intimamente ligadas ao movimento de urbanização (144). Tudo pode variar no que diz respeito às universidades — processo originário, condições, interesses, etc. —; mas há um elemento que não varia nunca e que é, portanto, uma constante: a relação Cidade-Universidade (145). Ve-

ent suffire au grande nombre des enfants, on créa, dans les villes, des écoles publiques telles qu'elles avaient souvent existé en Italie depuis l'antiquité" (Schnürer, *op. cit.*, v. II, p. 538-539).

(140). — Pirenne, *Les Villes et les Institutions Urbaines*, v. I, p. 430.

(141). — Lagarde, *op. cit.*, v. I, p. 211.

(142). — Cf. Rashdall, *The Medieval Universities*, in *Cambridge Medieval History*, v. VI, p. 559; Paré, Brunet, Tremblay, *op. cit.*, p. 20, 180.

(143). — M. Deanesly, *A History of the Medieval Church. 590-1500*, Londres, Methuen & Co. Ltd., 1951, 7a. ed., p. 132.

(144). — "Ces villes sont en étroite interdépendance, les migrations d'érudits atteignent des proportions de plus en plus grandes et le monde scolaire présente déjà cette uniformité caractéristique qui le distinguera jusqu'au XIVe siècle. La vie intellectuelle ne peut pas subsister seule; la vie littéraire, politique et même la vie d'affaires participent au développement de la vie urbaine. La naissance des universités est en liaison étroite avec ce mouvement d'urbanisation; dans toute cette agitation, manifestant une volonté réaffirmée de vivre qui remplit tant de villes, tant de centre d'études et d'enseignement, celle dont l'activité était la plus variée, devait avoir le pas sur les autres. Or, les circonstances mettaient Paris au premier plan et la première université y naquit" (Stephen d'Irsay, *Histoire des Universités Françaises et Étrangères des origines à nos jours*, Paris, Éditions Auguste Picard, 1933, v. I, p. 51).

(145). — "All through Western history educational progress has been dependent upon industry, commerce, and urban prosperity. There are many more illustrations of this rule than exceptions to it. Today in the United States the great cities are also great educational centers. In Europe, likewise, the great capitals have long been famous for their universities and schools. So it was in the ancient world whose great schools and famous teachers were to be found in Athens, Antioch, and Alexandria,

jamos melhor essa relação Cidade-Universidade, começando pelo processo originário das Universidades. Ele varia, conforme a região que se escolhe. Na Itália, a maioria das Universidades nasce das escolas urbanas (146): trata-se de um país que não conheceu durante a Idade Média a destruição da continuidade da sua vida urbana (147) e que no século XII se apresentava bastante urbanizado e aburguesado; sua cultura nunca foi — durante a chamada Idade das Trevas — um monopólio completo do clero como nos demais países da Europa (148), conservando, portanto, um caráter láico; quando se deu o renascimento intelectual do século XII, ele não esteve tão estritamente relacionado com a Igreja (149); e as

“Universidades que êle deu origem, ainda que, como tôdas as instituições medievais, tivessem estreitas relações com a Igreja, podem ser consideradas, no conjunto, não apenas instituições seculares, mas instituições láicas” (150).

Daí o caráter láico da vida universitária italiana, em contraste com o caráter eclesiástico das Universidades do norte da Europa: nas do Norte — que tinham em Paris o seu mais típico modelo — o aluno, sob muitos aspectos, era visto como um clérigo, usava a tonsura e o hábito eclesiástico e o professor estava sujeito às restrições da vida eclesiástica, inclusive à obrigação do celibato (151); nas Universidades italianas não, pois o aluno não era necessariamente um clérigo, o professor era mais frequentemente um láico do que um eclesiástico (152),

“e o contrôle que as autoridades eclesiásticas exerciam sobre as Universidades era somente daquela espécie que elas exerciam em tôdas as esferas da vida medieval” (153).

rather than in the provinces. The history of the Middle Ages proves the same truth. With the decline of urban life in the West, education also declined; and when cities rose again on the old sites or in new locations, schools became larger, more numerous, and better. The fact does not need any elaborate explanation. Schools must have students, funds, and cooperation, and all of these are more readily found in urban than in rural regions” (H. G. Good, *A History of Western Education*, Nova York, The Macmillan Company, 1960, p. 92).

(146). — Schnürer, *op. cit.*, v. II, p. 542.

(147). — Rashdall, *The Universities of Europe in the Middle Ages*, v. I, p. 94.

(148). — *Idem*, *The Medieval Universities*, in *Cambridge Medieval History*, v. VI, p. 560.

(149). — *Idem*, *ibidem*, in *Cambridge Medieval History*, v. VI, p. 560.

(150). — *Idem*, *ibidem*, in *Cambridge Medieval History*, v. VI, p. 560.

(151). — *Idem*, *ibidem*, in *Cambridge Medieval History*, v. VI, p. 560.

(152). — *Idem*, *ibidem*, in *Cambridge Medieval History*, v. VI, p. 560.

(153). — *Idem*, *ibidem*, in *Cambridge Medieval History*, v. VI, p. 560.

Daí também a correspondente diferença entre as duas regiões no que diz respeito à preferência pelos estudos: no Norte, o renascimento intelectual do século XII centralizou-se no ensino da Teologia e da Filosofia (154) e à Universidade de Paris estará reservado o papel primordial nesse tipo de ensino, eminentemente especulativo; na Itália, foi o Direito Romano o ensino preferido, pois a sociedade comercial e política das suas cidades carecia mais de uma ciência aplicada (155); e Bolonha foi a grande escola do Direito. Enfim, e é o que interessa, as Universidades italianas, mais do que quaisquer outras Universidades, tiveram as suas origens estritamente ligadas às cidades.

Isto, no entanto, não quer, absolutamente, dizer que as demais Universidades européias também não estiveram, nas suas origens, relacionadas com o movimento de urbanização. Antes o contrário, pois com o movimento urbano — e já tivemos ocasião de observar — deu-se a transferência da supremacia das escolas monásticas para as escolas episcopais; e as escolas episcopais eram escolas eminentemente urbanas. Ora, as Universidades nada mais foram do que um prolongamento ou um resultado do crescimento das escolas episcopais. E' por isso, justamente, que as Universidades surgiram como instituições seculares, isto é, não monásticas (156), por conseqüência instituições urbanas. Não há, aliás, nenhuma discrepância entre as autoridades quanto a essa maneira de encerrar o nascimento das Universidades: Adamson assim se expressa:

“A fundação desta característica instituição medieval que é a Universidade se deve às igrejas catedrais, não aos mosteiros, e o advento das Universidades acabou com os mosteiros como centros de ensino” (157);

Irsay refere-se às Universidades como prolongamento direto da evolução das escolas episcopais (158); segundo Marrou,

(154). — *Idem, ibidem*, in *Cambridge Medieval History*, v. VI, p. 560.

(155). — *Idem, The Universities of Europe in the Middle Ages*, v. I, p. 97.

(156). — Rashdall, *The Medieval Universities*, in *Cambridge Medieval History*, v. VI, p. 560.

(157). — *Enseñanza*, in *El Legado de la Edad Media*, Madri, Ediciones Pegaso, 1950, p. 327.

(158). — *Op. cit.*, v. I, p. 46. Do mesmo autor é significativa a seguinte passagem: “Les deux grands systèmes, épiscopaux et monastiques, se succèdent dans le régime des études au Moyen Âge. Les écoles monastiques diminuent d'importance après l'an 1000, comme nous l'avons remarqué, mais ne disparaissent pas. On peut faire remonter les écoles et collèges dirigés par divers ordres religieux existant dans beaucoup de pays à ce système monastique des premiers siècles du Moyen Âge. Ils aboutissent à l'éducation secondaire. Mais les écoles capitulaires, celles des cathédrales, identiques au début dans leur programme et leur but aux écoles monastiques et comprenant tout un programme d'enseignement depuis l'enfance jusqu'à la prêtrise aboutiront aux Universités” (p. 43-4).

“para assegurar o recrutamento normal do seu clero, era preciso que os bispos tomassem eles próprios a responsabilidade, não sòmente da sua formação técnica, mas também, da sua instrução literária elementar: e é assim que nasceu e se generalizou a escola episcopal, germe, sabe-se, das nossas futuras Universidades medievas” (159);

Rashdall também afirma terem sido as Universidades do norte da Europa uma conseqüência das escolas catedrais e não das escolas monásticas (160); idêntica é a posição de Paré, Brunet, Tremblay, quer referindo-se ao caso particular da Universidade de Paris (161), quer referindo-se ao caso geral das demais Universidades, quando afirmam que estas, no século XIII, nada mais farão senão ampliar e institucionalizar o sucesso das escolas episcopais, nos centros urbanos impregnados de liberdade e de progresso (162).

Mas a relação Cidade-Universidade não para aí, continua. As condições que presidiram o nascimento das Universidades foram proporcionadas pela cidade: concentração demográfica, aparecimento de uma classe interessada no direito romano (a burguesia), intensificação das relações, contacto com civilizações até então quase que desconhecidas, concentração cultural, tais foram os fatores que condicionaram, social e culturalmente, as origens das Universidades. Mas êstes fatores condicionantes são caracteristicamente urbanos. O mesmo se pode dizer quanto aos interesses, láicos ou eclesiásticos, não importa: se religiosos, era a Igreja quem tinha interesse em fundar Universidades, a fim de transformá-las numa máquina de guerra, em centros a serviço de “uma verdadeira teocracia intelectual” (163), de onde o papa-

(159). — *Op. cit.*, p. 441.

(160). — *The Medieval Universities*, in *Cambridge Medieval History*, v. VI, p. 559; “On the other hand, it was, as we shall see, from the cathedral schools that the universities were at length developed when the intellectual enthusiasm of the Middle Age began to flow in a distinct channel from its religious enthusiasm. The cathedral schools were, of course, as ecclesiastical character of the pre-university education should be remembered as the first of the conditions which determined, at least in northern Europe, the form of the intellectual movement out of which the universities grew and the shape of the university-system itself” (*Idem*, *The Universities of Europe in the Middle Ages*, v. I, p. 29-30).

(161). — “Lorsque, en l’an 1.200, le roi de France reconnaitra officiellement les droits et privilèges de l’*Universitas magistrorum et scholarium Parisius studentium*, la charte de la première Université européenne ne sera que la ratification institutionnelle et la stabilisation administrative d’une vie intellectuelle séculaire dans la vieille école épiscopale de Paris” (*Op. cit.*, p. 32-33).

(162). — *Op. cit.*, p. 18.

(163). — Gilson, *La Philosophie au Moyen Age*, 1922, v. I, p. 129, apud Pirenne, Cohen, Focillon, *op. cit.*, p. 257. “L’institution des Universités correspond au besoin profond d’unité intellectuelle et morale du Christianisme triomphant. Une seule foi, une seule lumière, une seule science, tel est

do fazia oposição ao ensino do direito romano, “que dá àquêles que estudam, diferentemente do direito canônico, a concepção de uma sociedade civil autônoma” (164) e de onde o papado também ainda, inicialmente, fazia oposição à *Física*, à *Moral* e à *Metafísica* de Aristóteles, que davam à Teologia

“um objeto mais vasto, e ao espírito um horizonte mais largo” (165);

e se láicos, era o Estado quem os manifestava, fundando ou favorecendo a fundação das Universidades, a fim de poder contar com um funcionalismo competente e em condições de atender às necessidades da administração estatal e da política real. Muitos dos conflitos entre a Igreja e o Estado devem ser explicados como consequência dessa duplicidade de interesses que, às vêzes, chegavam a se tornar antagônicos. O que importa, porém, é constatar que foi com o renascimento urbano, quando então a Igreja passou a estar ameaçada, tanto na sua ortodoxia, quanto nos seus privilégios e o Estado passou a conhecer a sedentarização, laicização e complicação da sua máquina administrativa, que aquêles interesses se manifestaram.

E se ainda levamos em conta que, embora não podendo fundar universidades, eram os primeiros magistrados das cidades e os bispos, isto é, autoridades caracteristicamente urbanas, aquêles que freqüentemente davam o impulso que conduzia à sua criação (166); que muito do prestígio, da fama e da importância das Universidades dependiam, em grande parte, das facilidades de acesso ou das vantagens de ordem geográfica inerentes à localização das próprias cidades (167); que muito da importância política que adquiriam certas Universidades, e

le mot d'ordre de l'Eglise. La théologie, centre vivant des études, mettra l'unité dans l'édifice disparate du savoir humain, et la Papauté est fondatrice et surveillante naturelle des Universités. Car le but principal des écoles est de former des prêtres et des défenseurs de la foi” (Rivaud, *Histoire de la Philosophie. De la scolastique à l'époque classique*, Paris, Presses Universitaires de France, 1950, v. II, p. 54).

(164). — Pirenne, Cohen, Focillon, *op. cit.*, p. 257.

(165). — *Idem, ibidem*, p. 257.

(166). — Schnürer, *op. cit.*, v. II, p. 542.

(167). — Sobre a posição de Bolonha assim se expressa Irsay: “Or Bologne avait une situation géographique admirable. Dans les plaines de l'Émille, placée sur l'ancienne *Via Aemilia*, elle était au carrefour des routes de Rome, de Ravenne, de Pise, de Pavie; les influences romaines, byzantines et lombardes pouvaient facilement s'y reconter”. (*Op. cit.*, v. I, p. 78); e sobre a de Oxford é assim que se refere Rashdall: “Oxford was marked out as a convenient meeting-place, alike for the magnates attending a council or parliament and for the assemblage of teachers and students from all parts of England, by its central position. It was situated on the border between Wessex and Mercia - the two great divisions of the southern and then most important and civilized half of the kingdom. It was not inaccessible from London, not

disso a de Paris é o exemplo mais expressivo (168), era devido ao facto delas estarem situadas nas grandes cidades; enfim, se levarmos tudo isso em conta, acreditamos poder concluir que as Universidades surgiram e viveram como uma instituição pedagógica, condicionada pela cidade, envolvida pela cidade e explicada apenas pela cidade.

(*Continua no próximo número*).

too distant from the Continent, and yet as conveniently situated as any southern town could be for students from the far north and the far west. Not least important, it was on the great water-way of the Thames" (*The Un. of Europe in the M. Ages*, III, p. 8).

(168). — "Alone among the earliest university towns, Paris was a great capital. It occupied indeed more completely the position of a modern capital than any other city of continental Europe. It is hardly too much to say that the descendants of Hugh Capet eventually succeeded in making themselves the real masters of France, just because, when their power was at its lowest, they were still masters of Paris. The political position of Paris gave its university a place in the political and ecclesiastical world which no other university has ever occupied. Its masters played as important a part in medieval politics as men of the pen or of the tongue could well play in an age which was governed by the sword" (Rashdall, *op. cit.*, v. I, p. 540).